

A organização da Associação Flor-de-lis de Caaporã – Paraíba como proposta para o desenvolvimento local¹

Maria das Graças Andrade Ataíde de ALMEIDA²

Emanuelle Silva de SANTANA³

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE

Resumo

Este artigo integra uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Tem como objetivo compreender os aspectos históricos de organização da Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã – Paraíba como proposta para o desenvolvimento local considerando aspectos do capital social. Em fase conclusão, este estudo está pautado na pesquisa qualitativa, bibliográfica e na aplicação de entrevistas semiestruturadas com os artesãos da associação. Foi utilizada a técnica da análise do discurso, considerando os aportes teóricos de Jara (1998), Bava (2003), Graziano (2001), Lody (1985), Bourdieu (2011), Putnam (2001), Castells (2008) entre outros, ampliando o estudo para os aspectos do capital social, identidade e artesanato.

Palavras-chave: Desenvolvimento local; Organização Social; Capital social; Artesanato.

Introdução

Este artigo apresenta como objetivo compreender o processo de organização da Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã – Paraíba como proposta para o desenvolvimento local, considerado aspectos do capital social. O texto é parte da pesquisa “Capital Social e Desenvolvimento Local: a organização das artesãs da Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã – Paraíba”, em fase de conclusão pelo Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora da Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX – UFRPE, e-mail: ataide@hotlink.com.br

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX – UFRPE, e-mail: santanatur@hotmail.com

Caaporã, localizado a uma distância de 44,8343 Km da capital João Pessoa – Paraíba, representa um dos municípios da Microrregião do Litoral Sul e Mesorregião da Mata Paraibana. Em seu território é possível verificar a monocultura açucareira compartilhando espaço com indústrias e com o turismo desenvolvido nos municípios vizinhos de Acaú e Pitimbu também localizados na Paraíba.

O Município é testemunha do dinamismo do espaço rural proveniente das relações sociais que dão ressignificado ao cotidiano dos sujeitos e ao legado deixado pela história e cultura local. Entre as potencialidades culturais locais destaca-se a produção do artesanato, a partir de aspectos que vão do registro de aspectos do cotidiano à sua relação com o trabalho no espaço rural.

Canclini (1983, p.53) propõe entender o artesanato “(...) como um produto inserido nas relações sociais e não como objetos voltados a si mesmos”. De fato, é possível identificar que a criação do artesanato deriva das crenças, religiões, tradições, modos de vida e valores, e promove a representação da realidade cotidiana através da produção e seriação de utilitários como vestimentas, adereços, mobiliários, peças decorativas e funcionais (SILVA, 2006, p.13).

Nessa perspectiva, o artesanato encontra-se intrinsecamente relacionado a vida de um povo, precisamente ao seu cotidiano, como também ao trabalho como complemento da renda familiar e sobretudo a identidade como forma de resistência e preservação da memória, conforme comenta Lody (1985):

É o artesanato também a resistência como forma de evidenciar identidade uma oposição à mudança, importante não tratar o assunto com os equívocos de uma nostalgia programada, buscando eternizar pelos objetos, técnicas, materiais, os símbolos, as marcas de uma cultura. É preciso entender que na memória tem-se os motivos, as intenções e os conhecimentos das técnicas, e é essa memória que o povo usa, reporta, aproveita e transforma como lhe convier (LODY, 1985, p.153).

No contexto do trabalho, o artesanato apresenta benefícios como atividade empreendedora capaz de gerar desenvolvimento regional. Sua produção tradicional é absorvida pela própria comunidade, como também pode receber alguma inovação sem perder a identidade, atraindo consumidores visitantes (FILGUEIRAS, 2005).

Seja tradicional ou inovador, o artesanato se apresenta no cenário das comunidades rurais como oportunidade de geração de renda suplementar para famílias, fortalecendo os laços de identidade através da produção de artefatos utilitários ou simbólicos que remetem a tradição e ao cotidiano.

Além disso, é possível observar sujeitos sem relação parental que estabelecem relação de troca e parceria através das associações. Neste caso, o “envolvimento de cada membro na associação é parcial, enquanto, por exemplo, na família as pessoas estão completamente envolvidas” (COELHO, s/d, p.24).

A coesão de pessoas em torno da atividade artesanal remete ao novo dimensionamento do rural brasileiro que se utiliza de mecanismos e estratégias voltadas para melhoria da qualidade de vida das populações sobre a égide do desenvolvimento local.

Jara (1998) argumenta que no desenvolvimento local as forças sociais contribuem para a descentralização institucional, mas que organizações sociais isoladas não são suficientes para atingir um projeto de desenvolvimento coletivo, sendo fundamental a articulação dos atores sociais, do poder público e da iniciativa privada. Segundo o autor, questões antes não consideradas passam a ser condição para desenvolvimento local como “[...] a democratização, a participação, o ‘empoderamento’, as parcerias institucionais, o associativismo empresarial, etc. (JARA, 1998, p.73).

Nesta perspectiva é possível entender desenvolvimento local como um esforço conjunto onde a participação da sociedade, instituições e empresas representam a base para as mudanças sociais e a consequente melhoria da qualidade de vida das pessoas. Entretanto, acredita-se que alguns fatores influenciam no efetivo desenvolvimento local, a exemplo do capital social, fruto da rede de relacionamentos constituída por princípios de cooperação entre sujeitos em torno de um bem comum (Putnam, 2001).

Bourdieu (2011) também atribui ao capital social uma rede de relações, baseada na durabilidade de vínculos estimulados pelos benefícios materiais e simbólicos assegurados aos membros de um grupo. Neste sentido, o fortalecimento da solidariedade entre sujeitos de um mesmo grupo estimula sentido de pertencimento sobre os benefícios disponíveis, algo que colabora para o bom desenvolvimento local.

Sobre esta relação entre capital social e desenvolvimento local, Santiago e Tassigny (2010), defendem que os paradigmas construídos sobre capital social contribuem para compreender o desenvolvimento local a partir de uma visão democrática, considerando instituições que praticam a confiança, o associativismo e a cooperação.

De forma semelhante, De Paula (2001, p.142) relaciona o crescimento do capital social as melhores condições de se obter desenvolvimento local, envolvendo “níveis de confiança, ajuda mútua e organização social”.

O proposto artigo busca compreender na perspectiva do desenvolvimento local a maneira com que os sujeitos participantes da Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã desempenharam o processo de organização.

A base metodológica deste estudo está ancorada pesquisa qualitativa, predominantemente utilizada nas pesquisas em Ciências Sociais, com vistas a entender os fenômenos humanos e a realidade dos sujeitos. Trabalha, portanto, com aquilo que não quantifica, ou seja “[...] com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2009, .21). Gerhardt e Silveira (2009, p.32) corroboram com o pensamento de Minayo ao constatar que a pesquisa qualitativa preocupa-se “[...] com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”.

O aporte para coleta de dados envolve as técnicas de observação e entrevistas semiestruturadas. A combinação destas técnicas permitiu aproximar o pesquisador da realidade dos entrevistados, direcionando o olhar aos fatos que se deseja estudar (MARCONI; LAKATOS, 2003). Esta técnica, associada a entrevista semiestruturada, contribuiu para estabelecer a confiança entre entrevistador e entrevistado.

O universo dos entrevistados nesta pesquisa envolve dez participantes entre membros da associação, ex-participantes do grupo e uma representante da Casa do Empreendedor de Caaporã. O quadro a seguir apresenta os entrevistados de acordo com a maneira com que são mencionados no texto:

Quadro 1 – Universo de entrevistados

Entrevistada	Idade	Escolaridade	Naturalidade	Ocupação principal	Tipo de artesanato
Artesã participante 1	38	Superior incompleto	Goiana - PE	Agente comunitário de saúde	Pintura em cabaças, biscuit
Artesã participante 2	32	Superior incompleto	Arcoverde - PE	Artesã	Crochê, bordados, macramê, pinturas em tecido, trabalhos com bucha vegetal e tecido do coco
Artesã participante 3	53	Médio completo	São José do Cordeiros - PB	Costureira	Pintura em tecido, bordado com fitas
Artesã participante 4	62	Médio completo	Goiana - PE	Aposentada	Bonecas de pano, fuxico
Artesã participante 5	44	Médio completo	Palmares - PE	Confeiteira	Pintura em tecido, crochê, trabalhos com bucha vegetal
Artesã participante 6	55	Médio completo	Alhandra - PB	Artesã	Esculturas em barro, trabalhos com ráfia
Artesã participante 7	47	Médio completo	Caaporã - PB	Feirante	Crochê, pintura em tecido, bonecas de pano
Artesã ex-participante 1	69	Fundamental I incompleto	Pedras de Fogo - PB	Artesã	Cestarias em cipó
Artesã ex-participante 2	56	Superior incompleto	Caaporã - PB	Artesã	Trançado em “palito de coqueiro”
Representante Casa do Empreendedor de Caaporã	32	Superior	João Pessoa - PB	Agente de desenvolvimento/ Sebrae	_____

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

As entrevistas semiestruturadas aplicadas permitiram o conhecimento do processo histórico de organização da associação, bem como a compreensão das atividades das artesãs, possibilitando relacionar a participação da associação ao contexto do desenvolvimento local.

Associação de Artesão Flor-de-lis de Caaporã – Paraíba: Processo de Organização

A participação e organização político-social dos sujeitos contribuem para iniciativas de desenvolvimento local. Para Campanhola e Graziano (1999 *apud* CAMPANHOLA; GRAZIANO, 2000) “o desenvolvimento local deve ser acima de tudo um processo de reconstrução social, que deve se dar ‘de baixo para cima’ e contar com a participação efetiva dos atores sociais”. Sobre o mesmo contexto, Graziano (2001) afirma que para que haja um processo de desenvolvimento local é necessário que se apresente o mínimo de organização

social dos sujeitos sociais “protagonistas dos processos de transformação de seus lugares” (GRAZIANO, 2001, p.24), algo que se apresenta como proposta pela Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã.

A associação foi registrada oficialmente em cartório em 17 de setembro de 2004 por iniciativa de dez moradoras. A assembleia geral ordinária de fundação da associação foi realizada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e presidida pelo seu então secretário. No momento foi lido e aprovado o estatuto social, bem como realizada a eleição para presidência da associação. Ficou decidido, entre outras questões, o mandato de dois anos para o presidente e a possibilidade de reeleição por igual período. Ademais, acordou-se a contribuição mensal no valor de R\$ 2,00 (atualmente R\$10,00) para cada membro, com a finalidade de manutenção da associação.

De acordo com componentes da associação a iniciativa de organização partiu da Sra. Maria do Carmo, atualmente residente da Cidade de João Pessoa em idade avançada e saúde frágil. Até o ano de fundação da associação foram pelo menos quatro tentativas de organização. Segundo relatos da artesã participante 2, a Sra. Maria do Carmo buscou reunir artesãos do município entre os anos de 2000 e 2001. Neste período os envolvidos levantaram dados históricos, culturais e naturais significativos sobre da cidade. A intenção era reunir informações que contribuíssem para criação de um tipo de artesanato que representasse o município e o grupo, algo que se relaciona diretamente a busca da identidade através preservação da memória coletiva (CASTELLS, 2008).

Desde seu processo de organização até o período de atuação como associação, o grupo estima a participação de até trinta artesãos entre homens e mulheres presentes em encontros e reuniões com o propósito de discutir questões de produção, participação em eventos, localização de uma sede, como também o nome da associação. Alguns desses encontros ocorreram durante o processo de organização do grupo em eventos promovidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio ao Empreendedor da Paraíba – SEBRAE-PB e pela Secretaria de Ação Social do município. Eram oferecidas oficinas e palestras sobre técnicas do artesanato e empreendedorismo aos artesãos com a colaboração de professores da Universidade Federal de Paraíba – UFPB.

Em um dos encontros organizados pelo SEBRAE-PB, o nome “Traçar” foi sugerido por um dos artesãos para identificar o grupo. A escolha foi justificada pelo fato dos artesãos terem habilidades relacionadas ao “traçado” como barro, cipó, madeira, entre outros. Nem todos os membros concordaram com a sugestão até que em 2004, o grupo contrário ao nome “Traçar”,

recebeu apoio político para o registro do grupo com o nome ‘Associação de Artesãos Flor-de-Lis de Caaporã’, conforme explica uma ex-participante do grupo:

Essa Flor de Lis [nome dado à associação] foi de outro grupo, reuniu o grupo que era do lado deles [prefeitura], que votava neles. Aí falou assim: a gente vai registrar a associação, para vocês ficarem registrados, documentados (ARTESÃ EX-PARTICIPANTE 2).

A escolha do nome ‘Flor-de-lis’ levou alguns artesãos a não se integrarem a associação, havendo a princípio a adesão de apenas onze sócios fundadores. Após a fundação observou-se que o quantitativo de participantes da associação sofreu constantes oscilações, “começou com onze pessoas, e foi por aí... Depois chegou a vinte, vinte e cinco... Depois tinham até trinta pessoas, depois foi desvanecendo, se saindo...” (ARTESÃ PARTICIPANTE 6). O aumento e diminuição do número de membros eram caracterizadas pela frequência nas reuniões, pelo interesse pontual em eventos como feiras e exposições de artesanato e principalmente pela falta de resultados do grupo. Este último aspecto é percebido no relato entusiasmado da artesã participante 2, que acredita no retorno de ex-participantes à associação:

A maioria saiu por conta disso, porque passam anos e a gente não vê resultado de nada. Mas eu tenho plena certeza que, se chegar o momento que dê certo, [...] todos esses que saíram vão retornar porque viram que realmente deu certo (ARTESÃ PARTICIPANTE 2).

A associação atualmente não possui uma sede, porém no ano de 2003, um ano antes da sua fundação, a prefeitura municipal cedeu o espaço que fazia parte de um conjunto de seis quiosques localizados às margens da PB-044 cuja finalidade era servir como ponto de apoio para motorista que tinham como destino as Praias de Acaú e Pitimbu na Paraíba. Entre lanchonetes e bares o quiosque cedido ao grupo de artesãos era considerado pelos artesãos como a sede do grupo, servindo de vitrine para sua produção artesanal. O fato do quiosque não ter sido doado formalmente ao grupo em 2003 não garantiu a posse da sede ao grupo de artesãos, conforme relata uma das artesãs ex-participante:

O prefeito fez o quiosque, eu tinha feito um projeto, um desenho e tinha pedido ao prefeito a casa do artesão com um local para gente vender e ter as oficinas. Como em outros lugares, como em João Pessoa, a casa dos artesãos tem os quiosques. Fiz um modelo e dei para ele. Ele disse que não foi possível fazer a casa do artesão no momento, mas os quiosques ele fez naquele trecho que era um lugar movimentado.

Ele doou o quiosque do meio, ele entregou o quiosque nas minhas mãos. E disse: Rita, esse quiosque do meio é da associação do artesanato. Só que ele não documentou isso, na câmara, não oficializou, não saio no diário oficial.

Quando foi na outra campanha política, aí a mulher [prefeita] ganhou e pegou um grupo para lado dela. Aí me excluíram junto com seu Joaquim e dona Maria, os artesãos!

Aí formaram um grupo, colocaram Flor de Lis e pegaram o quiosque (...), foi quando a gente caio fora! (ARTESÃ EX-PARTICIPANTE 2)

Até o ano de criação da Associação Flor-de-Lis o grupo de artesãos utilizava o quiosque para a produção, exposição e comercialização dos produtos. Os artesãos que tinham disponibilidade trabalhavam no quiosque em horários predefinidos pela liderança do grupo representada pela artesã ex-participante 2. Os demais produziam em casa e forneciam seus produtos para venda no quiosque.

O quiosque teve suas atividades encerradas em 2005 por motivos internos e externos ao grupo. Internos, pois em 2004 a definição do nome da associação dividiu o grupo e parte dos componentes da formação original abandonou o trabalho no quiosque seguindo com o artesanato de maneira individual. Parte do grupo que aceitou o nome “flor-de-lis” continuaram as atividades no quiosque, entretanto, limitações quanto a habilidade administrativa foram observadas entre as mesmas.

A motivação externa para o encerramento das atividades da associação no quiosque ocorreu devido a devolução do espaço a pedido da gestão municipal no ano de 2005. Este episódio é visto com indignação pela artesã ex-participante 2, que entende a tomada do quiosque como um ato de barganha política: “Ela [prefeita] ganhou, depois que assumiu, ela pegou o quiosque, pegou a chave com Sandra [presidente da associação] e doou para um eleitor dela botar um barzinho e aí nós perdemos o quiosque”.

Apesar de verificada a inabilidade administrativa interna, fato que contribuiu para a perda do quiosque, os discursos das entrevistadas colocam a apropriação de uma sede como condição para organização da associação:

(...) eu acho que o ponto de partida da gente é, pelo menos, a gente ter uma sede (ARTESÃ PARTICIPANTE 1).

(...) a sede é um endereço fixo. Também um lugar para gente se reunir e também para resolver tudo ali da associação e comercializar a partir dali. Porque se a gente tem uma sede, a gente vai ser divulgado (ARTESÃ PARTICIPANTE 2).

Eu acho que precisava disso. Um local para todo mundo se reunir ali, ter o nome da associação e estar todo mundo (ARTESÃ PARTICIPANTE 5).

Dessa maneira, compreende-se que a sede representa para as artesãs um lugar comum a todos, como também um espaço de significados que remetem ao trabalho, encontros para decisões coletivas e divulgação do artesanato produzido, ou seja, um símbolo vinculado à identidade. De acordo com Castells (2008), a identidade pode ser observada no sentido simbólico individual, mas também se constitui a partir de uma ‘sociedade em rede’, pela qual indivíduos se tornam atores sociais ao organizarem-se em torno de uma sociedade secundária dando sentido a identidade coletiva.

Enquanto isso, a produção e comercialização do artesanato é realizada individualmente nas residências das sete artesãs que atualmente compõem o quadro efetivo da associação. Neste caso, não há estoque do artesanato produzido e a comercialização é feita exclusivamente por encomendas sem participação coletiva.

Nesta perspectiva, talvez o que mais caracteriza a associação no momento sejam reuniões sugeridas mensalmente para discussão de pautas de interesse coletivo. Tal aspecto ainda aproxima a associação do sentido do associativismo visto como um meio de mobilizar para organizar pessoas em torno de um objetivo comum (OLIVEIRA, 2006).

No grupo observam-se as definições de funções administrativas. As sócias seguem os princípios criados em 2004 e registrados na ata de fundação até os dias atuais. Sendo assim, a cada nova eleição para presidente da associação são nomeadas artesãs para as funções de tesoureira, conselheira fiscal e secretária.

Além da indicação das funções, foi encontrado um registro no livro de atas que sugere a redefinição do nome da Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã para Associação e Oficina de Arte de Caaporã – Traçar.

A mudança do nome da associação para “Traçar” foi posteriormente revista pelo grupo que decidiu pela continuidade do nome “Flor-de-Lis” conforme registro em cartório. A permanência do nome original não agradou parte dos membros iniciais do grupo gerando desistências. Dessa forma, alguns continuaram o trabalho com artesanato de maneira individual, caso da artesã ex-participante 2 que divulga o nome “Traçar Oficina de Arte de Caaporã” nas peças que produz e expõe em eventos regionais, nacionais e internacionais com o apoio e reconhecimento do Programa de Artesanato da Paraíba⁴, fato que não se verifica com a Associação de Artesãos Flor-de-Lis de Caaporã.

⁴ O Programa de Artesanato da Paraíba denominado “Paraíba em Suas Mãos” deriva do Programa do Artesanato Brasileiro – PAB - vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior desde 1995 (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, 2012). No Estado da Paraíba o programa foi criado em 01 de dezembro de 2003 com o objetivo de promover o desenvolvimento do artesanato paraibano, tornando-o conhecido nacional e internacionalmente de maneira integrada ao turismo. Entre outros objetivos visa melhorar a qualidade de vida dos artesãos, bem como preservar a identidade da região através de processos educacionais (GOVERNO DA PARAÍBA, 2015).

A atividade das artesãs associadas

As artesãs da Associação Flor-de-Lis em sua maioria ocupam seu tempo em atividades não-artesanais. Percebe-se, portanto, que o artesanato é visto como uma atividade paralela que contribui com as suas despesas domésticas. Esta composição de atividades é algo justificado por Lima (2011). O autor aponta que tal prática iniciou-se com famílias rurais que durante a entressafra utilizavam o tempo ocioso para produção do artesanato. Neste sentido, o artesanato é considerado uma atividade econômica de segunda ordem, muitas vezes não mencionado como atividade econômica complementar em pesquisas institucionais, entretanto, apesar de secundário, não menos importante que a ocupação principal por garantir algum equilíbrio financeiro familiar.

É possível identificar que entre a maioria das artesãs da associação a atividade artesanal é praticada em tempo livre, conservando-se diferentes ocupações como principal fonte de renda. Tais ocupações não apresentam relação direta com o trabalho no campo, porém, ainda representam sua principal fonte de renda familiar.

Assim, de maneira geral o artesanato para o grupo é visto como ocupação secundária, porém não menos importante, considerando que o artesão contemporâneo atribui significados as coisas do mundo através do seu olhar e incorpora novas funções ao artesanato (FERREIRA, 1981).

Com relação a atividade artesanal desenvolvida no grupo identificou-se que cada membro da Associação de Artesãos Flor-de-Lis possui habilidades distintas, relacionadas a habilidade com determinada matéria-prima, pela afinidade com o tipo de artesanato produzido ou pela apropriação de conhecimentos adquiridos na infância e na adolescência.

Sem uma representação simbólica comum ao grupo, cada componente segue exercendo a atividade a qual tem mais afinidade. A produção ocorre nas suas residências nos intervalos dos afazeres domésticos, ao final do expediente da ocupação principal, ou na folga dos estudos. Ou seja, o trabalho com o artesanato ocorre num tempo fragmentado, concorrendo com fatores limitadores como: a falta de dinheiro para a compra dos materiais, a falta de tempo para produzir, falta de ferramentas apropriadas e o difícil acesso às matérias primas coletadas na natureza. Algumas destas limitações são amenizadas pela colaboração de algum membro da família antes, durante ou após o processo produtivo.

Atualmente, os artesanatos produzidos são expostos em prateleiras nos cômodos das residências das artesãs com a função de mostruários para possíveis encomendas solicitadas pela

população local. Desta forma, observa-se que a produção do artesanato está estritamente relacionada com a frequência de encomendas, não havendo investimento fixo ou calculado previamente, tampouco uma regularidade mensal no lucro com a venda do artesanato.

Apesar das dificuldades em se constituir uma produção coletiva baseada nos fundamentos associativos, não se verifica entre as artesãs o desejo de abandonar a atividade. É possível que este fato esteja associado a utilização da renda do artesanato para sanar algumas despesas domésticas, inclusive de consumo pessoal. Sendo assim, o artesanato tornou-se uma atividade que complementa a renda familiar das associadas conforme afirma a artesã participante 4 quando questionada sobre o que faz com o lucro proveniente do artesanato: “Comprar coisas para mim, coisas para casa... Ajuda a pagar até a energia (...)”.

As limitações com a produção do artesanato se apresentam como fatores desestimulantes entretanto, este tipo de trabalho permanece inserido no cotidiano da maioria das associadas como uma atividade que ameniza as conturbações rotineiras, significando uma tarefa aprazível até mesmo comparada com um vício como expressa a artesã participante 3: “(...) produzo todo dia, porque isso aí é como um vício não é? Você está fazendo... Aí você pára... (...) Aí volta para fazer de novo”.

Para a artesã participante 5 o artesanato evita a ociosidade, algo que no seu entendimento é estressante: “Acordo umas quatro e meia da manhã. Cuido da casa, cuido do almoço, aí vou fazer meus crochês, vou fazer o bordado, o que tiver... Eu tenho que ter alguma coisa para fazer, senão eu fico estressada”. Neste sentido, o artesanato integra o conjunto de tarefas diárias cujo sentido aporta na necessidade de se sentir útil a partir das habilidades particulares que lhes produzem satisfação pessoal.

Percepções das artesãs sobre a contribuição da associação para o desenvolvimento local

No universo de entrevistadas utilizado nesta pesquisa é possível reconhecer semelhanças e divergências nos discursos quanto ao processo histórico de organização e aos níveis de pertencimento, comprometimento e cooperação de cada artesã. Neste contexto, são observadas fragilidades na rede de relacionamentos que podem comprometer o desenvolvimento local, mas que não inibem as perspectivas de reorganização do grupo em busca de resultados positivos para a associação e conseqüentemente para o município.

Entre as artesãs percebe-se a consciência sobre os problemas a serem transpostos para o desenvolvimento da associação, entre eles reaver a sede, algo observado em todas as falas das entrevistadas. Para algumas artesãs a sede significa um espaço de união do grupo em torno do

trabalho, um lugar que dá nome ao grupo e que pode motivar o retorno de antigos participantes à associação, pois os artesãos produziram num mesmo espaço e venderiam o artesanato ali mesmo.

Outras colocações apontam para o desejo de mudança no grupo a partir de uma liderança mais presente, a melhoria do artesanato produzido, apoio ao grupo de origem externa sem influência política e maior comprometimento dos membros do grupo quanto ao cumprimento de metas e objetivos direcionados ao trabalho. Este último aspecto ancora na necessidade de ‘concertação’, vista por alguns autores como forma de promover o desenvolvimento sustentável (JARA, 1998).

Na Associação Flor-de-lis os elementos que conformam a ‘concertação’ para o desenvolvimento local carecem de ajustes identificados pelas próprias associadas. De acordo com seus relatos já existe organização política, mas falta, sobretudo, o interesse pelo trabalho coletivo e a vontade de levar ideias novas adiante. Além disso, a identidade do grupo se apresenta fragilizada. Não há apenas um tipo de artesanato que represente a associação, e entre as artesãs o interesse coletivo em criar ou eleger um tipo de artesanato que identifique a associação não existe. A maioria das artesãs apenas se interessa em fazer aquilo que têm habilidade e que lhes provocam bem-estar, desconsiderando a importância de produzir um tipo de artesanato que promova a identidade do grupo ou do município sobressaindo-se em relação a outras regiões com vocação para o artesanato.

Convém considerar que apesar da falta de um artesanato que represente o grupo, o trabalho das artesãs é admirado pela população local em eventos promovidos no município. Segundo seus relatos, após as feiras e exposições algumas associadas são procuradas individualmente pela comunidade para fazer encomendas, conferindo-lhes algum tipo de reconhecimento. Por outro lado, percebe-se que o reconhecimento esperado pelo grupo apresenta significado na compra do artesanato que produzem, ou seja, se não há procura e venda do artesanato pela população local, não há reconhecimento.

A partir desta perspectiva, as artesãs acreditam que Caaporã não é o lugar adequado para exposição e venda do artesanato. Para elas a valorização do trabalho da associação tem origem exógena, ou seja, por turistas do litoral sul paraibano e novos moradores que se estabeleceram na cidade motivados pelo trabalho nas indústrias locais ou próximas ao município. Sobre estes aspectos cometam:

Final de ano... Se você botar uma banquinha na beira da pista esperando os turistas passarem, você vende. (...) Eles [a população de Caaporã] não dão valor nem às riquezas do próprio município. As riquezas culturais, aquelas

coisas que tem aqui no município, eles não dão [valor]... Quanto mais os trabalhos do próprio pessoal que mora aqui. (ARTESÃ PARTICIPANTE 2)
(...) ninguém valoriza nada que a gente faz, só quer tudo de graça. E se a gente tivesse um ponto fora, um local para expor, eu acho que vendia mais que aqui. (ARTESÃ PARTICIPANTE 5)

Eu acho que, do jeito que está agora, o lugar está crescendo, está melhorando mais. Eu creio que se a gente colocasse um ponto agora, do jeito que está entrando gente aqui de fora, não cotando com o povo de Caaporã, eu creio que... levantava, viu. (ARTESÃ PARTICIPANTE 6)

Estas opiniões parecem contrariar os princípios de ‘concertação’ para o desenvolvimento local, desta vez considerando a divergência de interesses entre comunidade e associação. Enquanto a população parece priorizar ações de consumo consideradas básicas, as artesãs esperam que a comunidade valorize seus trabalhos consumindo-os. Para Bava (2003) esta pode ser uma constatação positiva, pois os conflitos de interesse e diferentes objetivos são aceitáveis quando envolvidos diversos segmentos sociais. Cabe, portanto, identificar quais são os reais objetivos e interesses destes segmentos e descobrir se conduzem a uma proposta integradora para o desenvolvimento local.

Na perspectiva das associadas, a ideia sobre desenvolvimento local não está vinculada exclusivamente ao benefício financeiro como resultado da produção artesanal. As artesãs compreendem que a associação seria um caminho para a geração de emprego e renda para a comunidade através da aprendizagem de técnicas artesanais, fator que indica a vontade de multiplicar conhecimento com a intenção contribuir para o desenvolvimento do município.

As associadas relatam que desde o processo de registro da associação havia o interesse de envolver a comunidade em oficinas e cursos de artesanato. Porém, as dificuldades de organização do grupo, sobretudo com relação a sede, impediram o início das aulas, restando apenas a intenção registrada na fala da artesã participante 6: “O meu sonho era até fazer um clube das mães. A gente não tem nada para as senhoras fazerem na cidade”.

Dessa forma, o interesse de envolver a população com a associação sinaliza para uma forma integradora de promover o desenvolvimento. As artesãs acreditam que seus trabalhos podem trazer benefícios que não atingem somente a elas mesmas, mas também a comunidade e ao município. Assim, lamentam não terem o apoio da prefeitura para a realização da associação cujo trabalho poderia contribuir de forma direta e indireta para a vida da população local.

Assim, o compartilhamento de interesses entre os sujeitos sociais o desenvolvimento local em Caaporã demora a acontecer. A associação Flor-de-lis poderia ser um vínculo para este desenvolvimento, mas enfrenta internamente fraquezas em suas relações sociais inibindo a

existência de capital social. Seus componentes aguardam providências de agentes externos públicos ou privados sem perspectivas imediatas e nutrem expectativas de real participação das artesãs para o desenvolvimento da associação. Desse modo, percebe-se que atualmente o sentido de ser parte da Associação de Artesãos Flor-de-lis consiste no único interesse de compartilhar o prazer de fazer artesanato.

Finalmente, o conflituoso processo de criação da Associação Flor-de-lis apresenta reflexo nos atuais resultados do grupo, ocasionando a inviabilidade do desenvolvimento local através das fragilidades com que são conduzidas suas relações sociais. Cabe, portanto, uma redefinição do grupo quanto ao seu real papel que organização transformadora e integradora, afim de se tornar efetiva a proposta viabilizadora do desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

- BAVA, Silvio Caccia. **A produção da Agenda Social:** uma discussão sobre contextos e conceitos. Cadernos Gestão Pública e Cidadania. v. 31. ago. 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **Las Estratégias de la Reproducción Social.** Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2011.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **As Culturas Populares no Capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. **Desenvolvimento Local e Democratização dos Espaços Rurais.** Brasília: Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 17, n.1, p.11-40, jan./abr., 2000.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- COELHO, Luis Alberto M. B. **Associativismo e Desenvolvimento local:** O Caso de Ribeira da Pena. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento local: território, sociedade e cidadania/ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), s/d. 149 p.
- DE PAULA, Juarez. Desenvolvimento & gestão compartilhada. In: SILVEIRA, C. Márcio; REIS, Liliane da Costa (Orgs.). **Desenvolvimento Local:** Dinâmicas e Estratégias. Rio de Janeiro: Rede DLIS, 2001.
- FERREIRA, José Maria Cabral. **Artesanato, Cultura e Desenvolvimento Regional:** Um estudo de campo e três ensaios breves. Lisboa: Editora Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1981.
- FILGUEIRAS, Araguacy P. Almeida. **Aspectos Socioeconômicos do Artesanato em Comunidades Rurais do Ceará:** o bordado de Itapajé – CE. Fortaleza: Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará/ UFCE), 2005. 122 p. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/713>>. Acesso em: 16 abr. 2014.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? In: Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento. **José Graziano, Jean Marc e Bianchini Debatem:** o Brasil



Rural Precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento. Série Textos para Discussão. nº 2. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA, 2001.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

JARA, Carlos Julio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**: Desafios de um Processo em Construção. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA); Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco - SEPLAN, 1998.

LIMA, Ricardo Gomes. **Artesanato em Debate**. São Luis: Revista Pós Ciências Sociais. v.8, n.15, 2011.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MARCONI Maria de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Associativismo e Cooperativismo no Desenvolvimento Local**. In: TAUK SANTOS, Maria Sallet. CALLOU. Ângelo Brás (Orgs.). Associativismo e Desenvolvimento Local. Recife, PE: Bagaço, 2006, p. 153-184.

PUTNAM, Robert D. La Comunidad próspera. El Capital Social e la Vida Pública. In: HERREROS, Francisco; FRANCISCO, Andrés de. (Comps). **Zona Abierta – Capital Social**, 2001, p. 89-104.

SANTIAGO, Andrea Maria; TASSIGNY, Mônica Mota. **Capital Social e Desenvolvimento Local**: Perspectivas de Combate à pobreza nos Países Periféricos e de Fortalecimento da Instituições Democráticas. Fortaleza: Anais do XIX Encontro Nacional da CONPEDI, jun. 2010. Disponível em: <www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/4230.pdf>. Acesso em: Jan. de 2015.